



### Mutirão de conciliação na Seccional do Amazonas alcança 96% de acordos

O mutirão de conciliação realizado pela Justiça Federal no Amazonas, em parceria com a Caixa Econômica Federal, foi encerrado no dia 5 de junho, com 96% de acordos celebrados, que totalizaram o valor de R\$ R\$ 1.117.602,41.

Na pauta constaram processos referentes a débitos no Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Segundo a Seção de Apoio ao Núcleo Estadual de Métodos Consensuais e Soluções de Conflitos e Cidadania (Secon), em 50 das 52 audiências realizadas houve acordo; um processo foi suspenso e no outro não houve acordo.

As audiências foram realizadas de 2 a 5 de junho, na sede da Justiça Federal do Amazonas.

Fonte: Seção de Comunicação Social/SJAM

### Presidente profere palestra para advogados da União da PRU1R

Nesta terça-feira, dia 10, o presidente do TRF da 1.ª Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, proferiu palestra para os advogados da União da Procuradoria Regional da União na 1.ª Região (PRU1R), na sede do órgão, em Brasília/DF, com o objetivo de discutir experiências e práticas dos advogados do órgão no Tribunal.

A palestra insere-se nos objetivos delineados no “Projeto Presença”, da Procuradoria Regional da União na 1.ª Região, que visa intensificar a atuação dos advogados no TRF1, bem como acompanhar a rotina de julgamento de processos.

### Esforços e desafios do Judiciário na preservação do meio ambiente foram debatidos em evento do CNJ

As ações do Poder Judiciário em relação à sustentabilidade, como a adoção do processo eletrônico, a Meta 6 e decisões judiciais voltadas à preservação do meio ambiente estiveram no foco dos debates do I Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário, realizado na última semana, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O ministro Gilmar Mendes foi um dos palestrantes no seminário que reuniu magistrados e servidores de órgãos públicos, com o objetivo de sensibilizar gestores e compartilhar exemplos de boas práticas, a partir do debate sobre planejamento estratégico e responsabilidade ambiental. “É verdade que temos uma distribuição de recursos longe de ser simétrica, além de problemas nas unidades da federação. Mas o importante é que os desafios não comprometam o esforço que o Judiciário vem fazendo no sentido da sustentabilidade”, ponderou Gilmar Mendes, que, no âmbito do CNJ, destacou a Meta 6 de 2010 como

uma das mais importantes nesse sentido.

A Meta 6 estabeleceu que os tribunais reduzissem, em pelo menos 2%, o consumo per capita de energia elétrica, telefone, papel, água e combustível. Os resultados foram consolidados em 2012 e apresentados na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, realizada no mesmo ano, no Rio de Janeiro/RJ.

O juiz auxiliar da Presidência do CNJ Clenio Schulze, também palestrante do evento, mencionou que a missão do Poder Judiciário nacional é incluir nos seus planos estratégicos todas as dimensões da sustentabilidade. “A sustentabilidade é marcada por uma dúplici faceta, pois configura direito e dever que vincula o Estado e os indivíduos. E além da noção socioambiental, a sustentabilidade também contempla perspectivas econômica, ética e política, a exigir uma mudança dos agentes públicos, no plano da administração do Estado, e dos indivíduos nas suas relações interpessoais” destacou o juiz Clenio.

Fonte: Agência CNJ de Notícias

Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
Assessoria de Comunicação Social  
ascom.trf1@trf1.jus.br  
(61) 3314-5379